



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Edital ESPGE nº 01/2023 – Inscrição de Docentes (Programa de Pós-graduação lato sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública – Ano letivo 2024)

O Procurador Geral do Estado, Dr. Jasson Hibner Amaral, e o Procurador Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Alexandre Nogueira Alves, convidam os procuradores e as procuradoras docentes a apresentar candidatura para ministrar disciplinas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública, autorizado pela RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.730/2020, a ser realizado pela ESPGE.

1. Do objeto da presente chamada

1.1. A presente chamada tem por objeto a apresentação de candidaturas para atuar como docente nas disciplinas relacionadas no item 2.1 do presente edital.

2. Das disciplinas

2.1. As disciplinas a serem ofertadas em 2024 são:

- a) Direito e Políticas Públicas;
- b) Ética, Direito e Administração Pública
- c) Metodologia da Pesquisa Jurídica
- d) Princípios Institucionais da Advocacia de Estado
- e) Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública
- f) Sistema de Integridade Pública e Privada
- g) Tópicos de Direito Administrativo
- h) Tópicos de Direito Tributário
- i) Tópicos de Direito Financeiro
- j) Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos
- k) Seminário I, II e III

2.2. O objetivo principal das disciplinas é prover o conhecimento sobre conteúdos, conceitos e métodos relativos à cada uma das áreas de conhecimento, observando-se o conteúdo programático previsto no Anexo I do presente edital.

2.3. Estão previstas 10 (dez) aulas para cada disciplina, totalizando 22:30 horas/aula.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

3. Dos Seminários

3.1. Os seminários têm por objetivo central promover o domínio do conhecimento dos pós-graduandos com relação a temas contemporâneos e emergentes do direito, conforme lista do Anexo 2.

3.2. Os objetivos específicos dos seminários são:

- a) Aperfeiçoar a capacidade de análise crítica de textos fundamentais da área, distinguindo os argumentos centrais daqueles menos relevantes;
- b) Capacidade de expor ideias com clareza e manejar conceitos com propriedade;
- c) Contra-argumentar com propriedade, elegância e respeito.

3.3. As propostas deverão indicar:

- a) O tema contemporâneo ou emergente escolhido;
- b) Mínimo de 10 (dez) textos relevantes ou estudos de caso sobre o tema escolhido;
- c) Objetivos específicos a serem alcançados no seminário.

3.4. Espera-se do(a) docente responsável pelos seminários:

- a) A seleção e prévia disponibilização na plataforma ESPGEOnline de textos relevantes para o tema proposto;
- b) Moderar o debate e assegurar um ambiente seguro para troca de ideias;
- c) Orientar o(a) estudante relator(a) previamente designado a apresentar exposição e análise crítica do conteúdo de texto(s) selecionados;
- d) Assegurar a discussão crítica do conteúdo do(s) texto(s) e das observações do(a) relator(a) por um ou mais estudante designado(a) em sistema de rodízio no momento da aula. Esse(s) estudante(s) será chamado(a) debatedor(a);
- e) Assegurar a rotatividade de todos os estudantes, de modo que todos os estudantes manifestem sobre os textos.
- f) Destacar pontos importantes que os redatores, debatedores e outros alunos que tenham participado do debate tenham negligenciado.

3.5. Estão previstas 10 (dez) aulas para cada turma de seminário, totalizando 22:30 horas/aula.

3.6. Caso o tema seja relevante, a ESPGE considerará propostas alternativas, com carga horária reduzida pela metade.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

4. Da modalidade e do calendário das aulas

- 4.1. As aulas serão ministradas na modalidade híbrida (presencial e online) para os estudantes. A participação do(a) docente será presencial, exceto nas hipóteses de impossibilidade justificada.
- 4.2. O cronograma de aulas das disciplinas será definido pela ESPGE.
- 4.3. A data provisória para início das aulas é **05/02/2024**.

5. Da elegibilidade para apresentação de propostas

- 5.1. Nos termos do art. 15, §3º, II, da Lei Complementar nº 88/1996, qualquer procurador ou procuradora poderá apresentar candidatura, independentemente de estar de férias, licença ou cedidos a outros órgãos.
- 5.2. Na ausência de candidaturas, o presente chamamento poderá ser estendido a docentes externos, independentemente de publicação de edital específico.

6. Da apresentação e da escolha das propostas

- 6.1. As candidaturas serão apresentadas pela plataforma ESPGEonline (<https://espgeonline.pge.es.gov.br/course/view.php?id=1184>) até o dia **29/12/2023**, às **23h59min**.
- 6.2. As propostas recebidas serão organizadas pela ESPGE, a qual promoverá a seleção dos(as) candidatos(as).
- 6.3. Havendo mais de um(a) interessado(a) para uma mesma disciplina referida no item 2.1, será adotado o critério de titulação, observada a seguinte ordem de preferência:
 1. Título de doutorado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 2. Título de doutorado em direito com concentração em área diversa;
 3. Título de doutorado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 4. Título de mestrado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 5. Título de mestrado em direito com concentração em área diversa;

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

6. Título de mestrado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 7. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco na área da disciplina solicitada;
 8. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco em área diversa.
- 6.4. Diante do interesse na diversidade do quadro docente, a ESPGE se reserva o direito de desconsiderar os critérios de desempate prevista no item 4.3 em favor da candidatura ofertada por docentes do sexo feminino.
- 6.5. Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3 e 6.4, será adotado o critério de rotatividade (docente que não deu aula preferirá àquele(a) que ministrou disciplina no semestre 2023.2).
- 6.6. Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3, 6.4 e 6.5, será adotado o critério de sorteio, em sessão pública online com a participação dos procuradores e procuradoras interessadas.

7. Das obrigações específicas do(a) proponentes

- 7.1. Ao realizar a candidatura, o(a) proponente concorda em atuar como docente da ESPGE, tendo, dentre outras previstas ou não nesse edital, as seguintes obrigações:
- a) Elaborar, em momento oportuno, plano de aula em conformidade com o calendário do curso de especialização estabelecido pela ESPGE;
 - b) Zelar pela execução dos métodos pedagógicos, bem como elaborar conteúdo tecnicamente atualizado, preciso e fundamentado;
 - c) Dar ciência prévia à ESPGE acerca da divulgação de informações protegidas por sigilo ou sensíveis;
 - d) Zelar pelo estrito cumprimento dos horários de início e término das aulas;
 - e) Zelar pela manutenção da disciplina e organização da sala de aula;
 - f) Disponibilizar conteúdo pedagógico exclusivamente no ambiente virtual de aprendizado (ESPGEOnline);
 - g) Gerir a sala de aula virtual no ambiente virtual de aprendizagem (ESPGEOnline), inclusive quanto à inclusão de conteúdo digital, definição de atividades e lançamento de notas;
 - h) Corrigir as avaliações realizadas, fornecendo feedback apropriado para os alunos;
 - i) Colocar-se à disposição dos alunos para esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo ministrado.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

8. Das disposições finais

- 8.1. A apresentação da candidatura importa concordância quanto aos termos do presente edital.
- 8.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da ESPGE.

Vitória, 30 de novembro de 2023.

JASSON HIBNER AMARAL
Procurador-Geral do Estado

ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

ANEXO I
PROGRAMAS DAS
DISCIPLINAS

SEMESTRE 1

TEORIA DO DIREITO
Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Direito e Sociedade. Conceitos Fundamentais do Direito. Moral e Direito. Correntes do Pensamento Jurídico. Fontes do Direito. Normatividade e dever. A noção de autoridade. Racionalidade, cognição e Direito. Normatividade moral, normatividade convencional ou normatividade sui generis. Direito enquanto serviço. Direito e linguagem normativa. Regras e os modelos de tomadas de decisão. Princípios e completude do ordenamento jurídico. Modelagem institucional e legitimidade decisional.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Compreender os principais conceitos e questões teóricas relativas ao Direito.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a entender os problemas e dificuldades que podem surgir na aplicação do Direito, bem como permitir a análise de sua justificação enquanto ferramenta dotada de autoridade.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Conceitos fundamentais do Direito. Moral e Direito no debate clássico. Moral e Direito no debate atual. Normatividade, convenções e autoridade do Direito. Direito, linguagem e as possibilidades interpretativas.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

1. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

GUSMÃO, Paulo Dourado de Gusmão. Introdução ao Estudo do Direito. 36ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2014



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy Livraria e Editora, 2001.
- DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HART, Herbert L. A. O Conceito de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª Edição, 2005.
- MACCORMICK, Neil. Argumentação Jurídica e Teoria do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SHECAIRA, Fábio et STRUCHINER, Noel Teoria da Argumentação Jurídica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.
- AUSTIN, John. The Province of Jurisprudence Determined. Nova York: Prometheus, 2000.
- BIX, Brian H. Rules and Normativity in Law. Micha³ Araszkievicz, Pawe³ Banac^e, Tomasz Gizbert-Studnicki e Krzysztof P³eszka (Eds.) Problems of Normativity, Rules and Rule-Following. Cham: Springer, pp. 125-146, 2015.
- BIX, Brian H. Legal Positivism and Explaining Normativity and Authority. American Philosophical Association Newsletter, vol. 5, 2006.
- BRAND-BALLARD, Jeffrey. Limits of Legality: the ethics of lawless judging. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- DWORKIN, Ronald. Justice for hedgehogs. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FINNIS, John. Natural Law and Natural Rights. Segunda Edição. Nova York: Oxford University Press, 2011.
- GREEN, Leslie. Positivism and Conventionalism. Canadian Journal of Law and Jurisprudence, Vol. 12, No. 1, pp. 35-52, 1999.
- GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo, Martins Fontes, 2013
- GUASTINI, Riccardo. Das Fontes às Normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- KELSEN, Hans. O que é Justiça? A Justiça, o Direito e a Política no espelho da ciência. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACCORMICK, Neil. Retórica e o Estado de Direito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo P. Do xadrez à cortesia: Dworkin e a teoria do direito contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MARMOR, A. Philosophy of Law. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011.
- MARMOR, A. Legal Conventionalism. Jules Coleman (Ed.) Hart's postscript – essays on the postscript to the concept of law. Oxford: Oxford University Press, pp. 193-217, 2001.
- PERRY, Stephen R. Hart on Social Rules and The Foundations of Law: Liberating the Internal Point of View. Fordham Law Review, Vol. 75, Issue 3, pp. 1171-1209, 2006.
- RAZ, Joseph. O conceito de sistema jurídico: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ROSS, Alf. Direito e Justiça. 2ª Ed. Bauru: EDIPRO, 2007.
- SGARBI, Adrian. Clássicos de Teoria do Direito. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- SHAPIRO, Scott. Legality. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- STRUCHINER, Noel; BRANDO, Marcelo S. Como os juízes decidem os casos difíceis do direito? Noel Struchiner e Rodrigo de Souza Tavares (Orgs.) Novas fronteiras da teoria do direito: da filosofia moral à psicologia experimental. Rio de Janeiro: PoD Editora, pp. 171-216, 2014.
- STRUCHINER, Noel. MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia do Direito. Rio de

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Janeiro: Zahar, 2015. STRUCHINER, Noel. Uma Análise da Noção de Casos Difíceis do Direito em um Contexto Positivista. In: Miranda Netto (Org.) Epistemologia e Metodologia do Direito. Campinas: Millennium, 2011. STRUCHINER, Noel. Indeterminação e objetividade. Quando o direito diz o que não queremos ouvir. In: Macedo Jr. e Barbieri (Org.) Direito e Interpretação: racionalidades e instituições. São Paulo: Saraiva, 2011.

ÉTICA, DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. O público e o privado. Ética e lei. Ética e cidadania. A ética teórica e os códigos de ética aplicada. A ética e o Direito. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos. Serviço público no Brasil. O papel da ética em um Estado Democrático de Direito.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Capacitar os estudantes a entender o conjunto de normas éticas que regem o serviço público e sua relação com o Direito.

Objetivos Específicos: Debater o critério da moralidade na história da ética; apresentar as questões éticas ao servidor público; considerar a dimensão ética na resolução de problemas no serviço público; discutir a ética profissional no serviço público.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. Ética e cidadania. Ética nas Políticas públicas. O público e o privado. Ética e lei. A ética teórica e os códigos de ética aplicada. Os limites constitucionais da Ética. A ética na legislação. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública. Conduta ética na gestão dos negócios públicos e privados. Conduta ética dos servidores públicos. Gestão da ética.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

A ser informada no decorrer do curso

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser informada no decorrer do curso

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

TÓPICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Controle de constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade. Legitimidade da jurisdição constitucional. Teoria geral dos direitos fundamentais. Categorias e funções. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário e especial. Processo legislativo orçamentário. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados-membros e Municípios. Controle de Constitucionalidade do processo legislativo. Organização do Estado. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. Conflitos jurídicos na federação brasileira. Intervenção do Estado na Economia. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O propósito do curso é fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relevantes sobre o estado atual do direito constitucional, voltados à realidade da advocacia pública.

Objetivos Específicos: Conhecer a literatura e conceitos-chave sobre direito constitucional no contexto da advocacia pública. Refletir criticamente sobre a literatura e a jurisprudência a respeito dos mecanismos de proteção da Constituição. Compreender o papel do Estado, do cidadão e do jurista na defesa dos direitos constitucionais. Fomentar o exercício da imaginação institucional. Refletir sobre as reformas necessárias ao aprimoramento do direito constitucional brasileiro.

Metodologia: As aulas serão do tipo expositivo, exigindo-se dos alunos que façam a leitura básica recomendada para cada aula, que será objeto de debates.

Programa: Jurisdição constitucional contemporânea. A teoria geral dos direitos fundamentais no século XXI. Processo legislativo brasileiro. O Estado federal brasileiro. Direito constitucional econômico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7a. Ed. São

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Paulo: Saraiva, 2016. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 5a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5a. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. FERREIRA, FILHO. Manoel Gonçalves Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. 2a. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. SILVA, José Afonso da. Princípios do processo de formação das leis no direito constitucional. São Paulo, 1964.
TORRES, Ricardo Lobo (org). Teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello. Medida provisória e a sua conversão em lei. São Paulo: RT, 2004.
ARANDA ÁLVAREZ, Elviro. Los actos parlamentarios no normativos y su control jurisdiccional. Madrid: Centro de Estudios Políticos Y Constitucionales, 1998.
BALDASSARE, Antônio. Los derechos sociales. Bogotá: Universidade Externado de Colombia, 2013. BARCELLOS, Ana Paula. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdiccional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia judicial versus diálogos constitucionais: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
CYRINO, André Rodrigues. Direito constitucional regulatório. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Dimensões do ativismo judicial do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2014. DECKER, Christopher. Modern economic regulation: an introduction to theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. DEVOLVÉ, Pierre. Droit public de l'economie. Paris: Dalloz, 1998. LEONCY, Leo Ferreira. Controle de constitucionalidade estadual. São Paulo: Saraiva, 2016.
MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. 3a. Ed. São Paulo: RT, 2012. MENDES, Conrado Hubner. Controle de constitucionalidade e democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. NEGRI, André Del. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
HIRSCHL, Ran. Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism. Harvard: Harvard University Press, 2004. PECES BARBA MARTINEZ, Gregorio. Curso de derechos fundamentales: teoria general. Madri: Universidad Carlos III de Madrid, 1995. PEREIRA, Jane Gonçalves Pereira. Interpretação constitucional e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
SARLET, Ingo. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12a. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
SARMENTO, Daniel (coord). Jurisdição constitucional e política. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
SUNSTEIN, Cass R. Designing democracy: what constitutions do. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

VENANCIO FILHO, Alberto. A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

TÓPICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A teoria geral da inovação e o Direito Administrativo: limites e possibilidades. As tendências interpretativas acolhidas pelas alterações da LINDB junto ao Direito Administrativo. As tendências organizacionais: desestatização, amadurecimento do Estado-empresário e técnicas de convergência federativa. O ato administrativo. O poder de polícia: existência, atributos e delegabilidade. Direito Regulatório. A incidência da consensualidade junto aos atos e contratos públicos. Inovações junto à seleção e à contratação pública.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O objetivo geral do módulo é capacitar a respeito das tendências do Direito Administrativo.

Objetivos Específicos: De início, busca-se capacitá-lo a perceber o caráter dúbio da legislação, da doutrina e da jurisprudência em relação à inovação do Direito Administrativo. Em seguida, apresenta-se, forte em discussões de casos e na busca pelo contraditório, as tendências consequencialistas acolhidas pelas recentes alterações da LINDB. O próximo tema são as mudanças da estrutura administrativa, com a consolidação do modelo empresarial e a incorporação de técnicas de convergência federativa. Em seguida, coloca-se o ato administrativo no divã. Ele ainda existe? Será que seus ditos atributos nada mais são do que folclores? O que o silêncio administrativo significa (ou não significa)? O próximo tópico é o do poder de polícia, ao qual se colocam questões igualmente fundacionais: seu nome, sua existência, sua delegabilidade, sua confusão com a noção de regulação. Na sequência, há importante tópico - o da regulação -, em que se pretende discutir não só as técnicas, mas, também e especialmente, os agentes (as agências, mas não só). Discute-se, então, um possível dever de consensualidade administrativa junto aos atos e contratos públicos. Há sessão para que se discuta o direito ao erro do administrador público, e outra acerca do estado da arte, e os novos desafios, da processualidade administrativa. O último tópico temático é que lida com a capacidade normativa de conjuntura da Administração Pública, perguntando-se se há momentos em que ela possa preponderar sobre a função legislativa.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula. Metodologia baseada em casos geradores. Solicitações aos alunos de fichamento de textos e elaborações de estudos sobre temas específicos.

Programa: Inovação e Direito Administrativo. Interpretação consequencialista e LINDB. Estado-empresário. Convergência federativa e região metropolitana. Ato administrativo: origem,

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

continuidade, espécies, atributos. Poder de polícia: origem, denominação, características, delegabilidade, controle. Regulação: conceito, distinção entre categorias próximas, fundamentos econômicos e jurídicos. Agências reguladoras: estrutura, funcionamento e controle. Análise de Impacto Regulatório. Consensualidade administrativa: origem, existência, natureza, técnicas, controle. Direito ao erro do administrador público. Processualidade administrativa: estado da arte e novos desafios. Reserva de regulamento e reserva de Administração.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Empresas estatais. 2a. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2017.
GOMES, Joaquim Barbosa. O poder de polícia e o princípio da dignidade da pessoa humana na jurisprudência francesa. Seleções Jurídicas ADV n. 12, p. 17 ss., 1996.
GUEDES, Demian. Processo administrativo e democracia: uma reavaliação da presunção de veracidade. Belo Horizonte: Fórum, 2007. MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor. (Orgs.) O poder de polícia na atualidade. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Administrativo e Inovação: limites e impossibilidades. In: Revista A & C. PALMA, Juliana Bonacorsi de. Sanção e acordo na Administração Pública. São Paulo: Malheiros, 2015.
PACHECO, Regina Sílvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 40, n. 4, 2006.
SCHIRATO, Vitor. Repensando a pertinência dos atributos dos atos administrativos. In: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor. (Orgs.) Os caminhos do ato administrativo. São Paulo: RT, 2011.
SUNDFELD, Carlos Ari. Direito Administrativo para céticos. São Paulo: Malheiros, 2014.
Revista de Direito Administrativo. Edição especial sobre as alterações da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Princípios Gerais de Direito Público. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966. FIORINI, Bartolomé A. La Discricionariedad en la Administración Pública. Buenos Aires: Editorial Alfa, 1948 GIANNINI, Massimo Severo. El poder público. Estado y Administraciones públicas. Madri: Civitas, 1991 GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo. Tomo 2. 8. ed. Buenos Aires: F.D.A., 2006 HAURIOU, Maurice. Précis de droit administratif et de droit public. 12. ed. Paris: Dalloz, 2002.
MAURER, Hartmut. Direito Administrativo Geral. Barueri: Manole, 2006.
MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2008. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. (Coord.) Uma avaliação das tendências contemporâneas do Direito Administrativo. Obra em homenagem a Eduardo García de Enterría. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. STOBBER, Rolf. Direito Administrativo Económico Geral: fundamentos e princípios: Direito Constitucional Económico. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

SANTAMARÍA PASTOR, Juan Alfonso. Principios de Derecho Administrativo General II. Madri: Iustel, 2004.

RAMÍREZ-ESCUADERO, Daniel Sarmiento. El control de proporcionalidad de la actividad administrativa. Valência: Tirant lo blanch, 2004.

ROMANO, Santi. Principii di Diritto Administrativo Italiano. 2. ed. Milão: Società Editrice Libreria, 1906.

SEMESTRE 2

SISTEMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA E PRIVADA

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Sistemas de integridade pública e privada. Distinções. Lei 12.846/2013 e sua regulamentação e aplicação no âmbito federal e pelos demais entes da federação. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de acordo com a Lei nº 12.846/13 e sua regulamentação. Acordos de Leniência e Resolução Negociada em casos de corrupção. Aspectos peculiares da sistemática anticorrupção no Estado do Espírito Santo. Crimes contra a Administração Pública.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para compreender a principiologia e as regras vigentes no direito brasileiro a respeito da promoção da integridade nas esferas pública e privada.

Objetivos Específicos: Com uma visão focada na atuação da Advocacia Pública, pretende-se capacitar o aluno para exercer análise de risco de integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas, bem como para operacionalizar procedimentos de responsabilização em sede administrativa e judicial.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas, com prévia leitura de material e debates em sala de aula.

Programa: Introdução. Instrumentos normativos da Integridade. Princípios norteadores da promoção da Integridade. Acordos de Leniência. Estudo de casos relevantes. Discussão de caso gerador.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

A ser informada no decorrer do curso



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser informada no decorrer do curso

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A relação entre direito e políticas públicas. Modelos de análise em políticas públicas. O desenvolvimento de uma moldura jurídica e institucional. Escolas e teorias do pensamento. Ciclo de políticas públicas. Etapas. Modelos de tomada de decisão. Desenho normativo. Implementação de uma política pública. Gestores públicos. Avaliação e controle de políticas públicas. Revisão e aperfeiçoamento. Judicialização de políticas públicas e diálogos institucionais.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para a compreensão de uma teoria jurídica das políticas públicas e os seus principais fundamentos, estabelecendo, para tanto, conexões entre a perspectiva jurídica e a dimensão eminentemente prática das políticas públicas.

Objetivos Específicos: Buscar-se-á, de forma permanente, o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade das políticas públicas implementadas na vida cotidiana. Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de identificar as diferentes fases de desenvolvimento de uma política pública, bem como analisar tais iniciativas. Tudo isso, a partir de uma perspectiva cíclica quanto ao desenho de uma política pública, com vista a um aprofundamento teórico aliado a uma influência direta na atuação profissional de cada um.

Metodologia: Aulas expositivas com leituras prévias de materiais e debates em sala de aula. Realização de atividades programadas (seminários em sala de aula com exposição dos alunos, com temas previamente definidos). Dinâmicas de grupo.

Programa: Conceito(s) de políticas públicas. Elementos caracterizadores (interdisciplinaridade, dinamismo, continuidade, adaptabilidade, coerência e coordenação, etc.). O desenvolvimento das políticas públicas como campo de estudo autônomo. O processo de assimilação pela teoria jurídica do conceito de políticas públicas. Modelos teórico de análise em políticas públicas. Políticas públicas e direitos humanos. Tipos de políticas públicas (relacionadas a direitos sociais, de gênero, etc). Histórico das políticas públicas no Brasil e no mundo. O ciclo de políticas públicas. Etapas. Formação da agenda: o que é prioritário? A identificação dos problemas a serem atacados e das demandas a serem supridas por intermédio das políticas públicas. A formulação da política: formulação de soluções, alternativas e propostas concretas entre diferentes opções de programas a serem adotados. Tomada de decisão: definição do curso de ação a ser adotado. Os processos de tomada de decisão (os diferentes canais e os instrumentos políticos e jurídicos possíveis). Análise

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

dos instrumentos e mecanismos institucionais de criação e planejamento de políticas públicas. Variáveis a serem consideradas em cada uma dessas etapas: avaliações de custobenefício, estudo de cenários e necessidades, recursos disponíveis, urgências, elementos políticos, dentre outras. Gestores públicos. Modelos de gestão (p. ex: hierarquia, mercado, governança/rede). Participação social na construção de políticas públicas. Canais institucionalizados e não institucionalizados. Grupos de interesse e participação dispersa na sociedade. Implementação da política pública: a criação da estrutura necessária e observância da burocracia existente. O manejo dos instrumentos jurídicos no âmbito da implementação de políticas públicas, com destaque para eventual necessidade de aprovação de leis. Orçamento e políticas públicas: o dispêndio de recursos financeiros. Avaliação dos resultados das políticas públicas e a influência na efetivação de direitos e garantias fundamentais. Políticas públicas e Análise Econômica do Direito. Políticas públicas e dados estatísticos. Análise de políticas públicas em searas específicas: pessoas com deficiência, desigualdade de gênero, proteção da criança e do adolescente etc. Políticas públicas e direitos fundamentais. Discussão sobre casos concretos e a atuação das instituições, com destaque para as instituições jurídicas. Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Judicialização das políticas públicas, com ênfase nas políticas de saúde, educação e de saneamento básico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

A ser informada no decorrer do curso

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser informada no decorrer do curso

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA ADVOCACIA DE ESTADO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo. Princípios Gerais da Advocacia de Estado. Autonomia técnica. As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. Controle interno de legalidade e a natureza eminentemente preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. Ética do Advogado Público. Normas deontológicas no Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina. Normas disciplinares comuns aos funcionários públicos. Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público.

Pré-Requisitos: Nenhum.



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Objetivos Gerais: Apresentar os princípios gerais da Advocacia de Estado, inclusive aqueles concernentes aos contornos éticos de sua atuação profissional.

Objetivos Específicos: Capacitar o Advogado Público de instrumentos teóricos que garantam o exercício de seu munus público de forma técnica e independente.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Advocacia Pública na Constituição da República. Autonomia da Advocacia de Estado. Ética do Advogado Público. Responsabilidade do Advogado Público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BINENBOJM, Gustavo. O papel da advocacia pública na estabilidade jurídica e no desenvolvimento do país. In: PEDRA, Adriano Sant'Ana; FARO, Julio Pinheiro; VIEIRA, Pedro Gallo (Org.). Advocacia Pública de Estado: estudos comparativos nas democracias Euro-americanas. Curitiba: Juruá, 2014.

CASTRO, Aldemário Araújo. Os contornos da independência técnica do Advogado Público. In: ACCIOLY, Leonardo (Org.). Prerrogativas do Advogado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015.

MADUREIRA, Cláudio. Advocacia Pública. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça e as Procuraturas Constitucionais. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.45, 1992.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça na Constituição de 1988. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.43, 1991.

OLIVEIRA, M.L.P. A Autonomia da Advocacia de Estado: A Contribuição de Diogo de Figueiredo Moreira Neto. In: PEIXINHO et al (org.), Mutações de Direito Administrativo - Estudos em Homenagem ao Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALONSO, A. H. Ética das Profissões. São Paulo: Loyola, 2006. BITTAR, Eduardo C. B.. Curso de Ética Jurídica - Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Proposição nº 49.0000.2011.001756-0/COP.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Proposição nº 49.0000.2019.010402-6/COP. Pedido de Nova Apreciação Quanto ao Contido no §3º do art. 5º do Provimento n. 178/2017, que “Dispõe sobre normas e procedimentos para a transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil”. Ano: 2020. CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; FURTADO, Marcus Vinicius. Grandes Temas do Novo CPC - V.2 - Honorários Advocatícios. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2019.

CASTRO, Aldemario Araujo; MACEDO, Rommel. Advocacia Pública Federal: Afirmação

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

como Função Essencial à Justiça. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2016. Disponível em: <https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes>.

COOPER, T. L. The Responsible Administrator - An Approach to Ethics for the Administrative Role. São Francisco: Willey, 2006. DENHARDT, K.D. The Ethics of Public Service. Connecticut: Greenwood, 1988.

DI PIETRO, M.S.Z. Advocacia Pública. Revista Jurídica da Procuradoria, 1996, Disponível na internet.

FILHO, Marçal Justen. Parecer Sobre a Regularidade do Exercício da Atividade Advocatícia por Integrante da Carreira de Procurador do Estado do Paraná, Aprovado em Concurso Público em 1989. Parecer, 2015.

GUEDES, J. C. Souza, Advocacia de Estado - Questões Institucionais para a Construção de um Estado de Justiça. Belo Horizonte: Forum, 2009.

HAZARD JR, G. C. Dondi, A. Ética Jurídica - Um Estudo Comparativo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HIROSE, Regina Tamami. Carreiras Típicas de Estado: Desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Forum, 2017.

HOLANDA, F. C. C.. A Advocacia Pública como Tutora da Ética e do Resguardo dos Direitos Fundamentais. Revista da AGU, 2009, disponível na internet.

MAMEDE, G. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDIETA, M. V. Sanchez, A.I. Ética Pública y Buen Gobierno. Madri: Tecnos, 2017.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Ética e Funções Essenciais à Justiça no presidencialismo moderno. Revista de informação Legislativa, no.120. Outubro/Dezembro de 1993. Brasília: Ed. Senado Federal.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

OLIVEIRA, M.L.P. Ética do Advogado Público em Tempos Modernos: Kant, Arendt e Ética Jurídica Pública Contemporânea. Revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Disponível na internet.

PARIZEAU, Marie-Helene. Ética Aplicada - As Relações entre a Filosofia Moral e a Ética Aplicada. In: Canto -Sperber, Monique, Dicionário de Ética e Filosofia Moral. São Leopoldo: Unisinos, 2003

SANDEL, Michael. Justiça - Fazemos o que devemos? Lisboa: Presença, 2011.

SILVA, José Afonso da. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. Revista de Direito Administrativo, 2002. Disponível na internet.

SILVA, Marcello Terto e. Honorários Advocatícios nas Causas em que a Fazenda Pública é Parte. Artigo.

SEMESTRE 3

METODOLOGIA DA PESQUISA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

carga Horária: 22,5 hr-aula

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Diferentes tipos de conhecimento. Ciência e as diferentes áreas do saber. Direito como ciência social aplicada. Métodos científicos. Conceito de método. Métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Metodologias quantitativa e qualitativa. Metodologia da pesquisa jurídica. Construção da hipótese. Como escolher o tema da pesquisa. Problemas de pesquisa. Hipótese. Delimitação do material de pesquisa. Respostas científicas para questões jurídicas controversas. Quando usar: parte histórica, direito comparado, jurisprudência, análise de caso, interdisciplinaridade, entrevistas. Estruturando o projeto: elementos necessários e a formatação. Organização e etapas do trabalho. Escolha do orientador. Como fazer e organizar pesquisa bibliográfica. Leitura, fichamento e organização do material de leitura. Análise jurisprudencial: a pesquisa por meio de operadores bloomerianos, a montagem dos case brief e organização do material de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão de curso. Redação e a escrita em camadas. Modalidades de citação e a organização das notas de rodapé e das referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

Pré-Requisitos: Nenhum

Objetivos Gerais: Compreender o estado da arte das pesquisas em direito e das metodologias envolvidas neste tipo de trabalho, especialmente das abordagens empíricas.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a redigir um projeto de pesquisa adequado a servir como TCC do curso de especialização. Ensinar aos estudantes sobre as peculiaridades da redação de trabalhos na modalidade “artigos”, bem como otimizar a possibilidade de sua publicação em revistas do estrato superior do Qualis.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Atividades programadas em sala, especialmente exercícios práticos na construção de projetos de pesquisa. Análise crítica dos projetos de pesquisas formulados pelos colegas, possibilitando diálogos produtivos entre os estudantes.

Programa: Questões metodológicas. A concepção do trabalho acadêmico. A execução da pesquisa. A produção do trabalho acadêmico. Análise e discussão dos projetos de pesquisa.

Critério de Avaliação: Deverá ser apresentado um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de até 10 páginas sobre um tema ou questão abordado durante todo o curso.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEZZAROBBA, Orides;

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2003. QUEIROZ, Rafael Mafei Ribeiro; FEFERBAUM, Marina. Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINKER, Steven. Guia de Escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância, 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. SHECAIRA, Fábio P.; STRUCHINER, Noel. Teoria da argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Contraponto, 2016.

RELAÇÕES DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: A relação estatutária e a contratual administrativa: Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. Cargos públicos: cargos, empregos e funções públicas; classificação dos cargos; criação, transformação e extinção de cargos; vacância; redistribuição de cargos e provimento de cargos. Concurso público e processos seletivos simplificados. Estágio experimental e estágio probatório. Estabilidade e vitaliciedade. Cessão de Servidores. Direito de greve. Questões controvertidas. O sistema constitucional dos servidores públicos: Aspectos Gerais. Remuneração: espécies; princípio da reserva legal; iniciativa para o processo legislativo; teto e subtetos remuneratórios; irredutibilidade; reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas; Regras orçamentárias (lei de responsabilidade fiscal e regime de recuperação judicial). Questões controvertidas. Responsabilidade funcional do servidor público. Aspectos gerais. Responsabilidade dos servidores públicos: natureza; responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso; contraditório e a ampla defesa; independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível; e anistia. Processos administrativos disciplinares: legislação; espécies; prescrição; termo de ajustamento de conduta; efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar; e penas. Terceirização trabalhista. Questões controvertidas.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Compreensão e visão sistemática das normas regentes das relações de trabalho da Administração Pública e da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar).

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de trabalho e de previdência aplicáveis à Administração Pública, com identificação das distinções entre os regimes próprios e os gerais. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas. Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso de pessoal na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho / Mauricio Godinho Delgado - 16ª. Ed. rev. e ampl. - São Paulo: LTr, 2017. FIGUEIREDO, G. J. P. . O Estado no Direito do Trabalho. 1. ed. São Paulo: LTr Editora Ltda., 1996. v. 1. 288p. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANELLAS, Alfredo (org.). Constituição Interpretada pelo STF, Tribunais Superiores e textos legais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2018.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. O empregado público / Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto. - 5ª ed. - São Paulo: LTr, 2016.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios de direito do trabalho: fac-similada/Américo Plá Rodrigues - São Paulo: LTr, 2015. SALA FRANCO, Tomás. Los derechos sindicales de los funcionarios públicos. Tomás Sala Franco. Remedios Roqueta Buj. 2ª. Ed. Valencia. España. Editorial Tirant lo Blanch, 2019. SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito constitucional do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TÓPICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Tributo. Espécies Tributárias. Obrigação Tributária. Elementos. Sujeitos. Obrigações Tributárias. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Crédito Tributário. Modalidades do Lançamento. Extinção, Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário:

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Privilégios e Preferências. Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Processo tributário judicial. Conselho de Contribuintes. ICMS, IPVA, ISS, IPI e IPTU. Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais e Específicos: Apresentar aos estudantes os principais elementos do Sistema Tributário Nacional e analisar criticamente os seus aspectos mais controversos.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Tributo. Conceito. Elementos. Espécies Tributárias: Classificação Quantitativa e Classificação Qualitativa. Impostos. Conceito. Características. Elementos Causais e Finalístico. Classificação: reais e pessoais; diretos e indiretos; fiscais e extrafiscais; instantâneos, complexivos e continuados. Taxas. Conceito. Base de Cálculo. Princípios de Justiça Fiscal. Competência Comum. Destinação da Taxa. Taxa e Preço Público: Distinção. Pedágio: Natureza Jurídica. Controvérsias. Contribuições de Melhoria. Conceito. Limites. Contribuições Parafiscais. Parafiscalidade. Requisitos. Espécies. Classificação: Contribuições Sociais (Contribuições da Seguridade Social e Contribuições Sociais Gerais); Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico; Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas (Contribuições Corporativas); Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP ou CIP). Empréstimos Compulsórios. Conceito. Requisitos. Natureza Jurídica. Obrigação Tributária. Conceito. Natureza Jurídica. Elementos. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Obrigação Principal. Obrigação Acessória. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Sujeito Passivo. Responsabilidade tributária: Classificação. Distinção entre Responsabilidade por Substituição e Responsabilidade por Transferência. Responsabilidade por substituição: Substituição tributária “para frente”. A questão da Pauta Fiscal. Substituição Tributária “para trás”. Retenção na Fonte. Responsabilidade por Transferência: Transferência por Sucessão (sucessão imobiliária; sucessão causa mortis; sucessão societária; sucessão comercial). Transferência por Imputação Legal. Responsabilidade por Infrações. Denúncia Espontânea. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Crédito Tributário. Conceito. Fases de Concreção do Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Natureza Jurídica do Lançamento Tributário. Lançamento e Câmbio. Princípios do Lançamento Tributário (Ricardo Lobo Torres): Vinculação à Lei, Irretroatividade, Irrevisibilidade, Inalterabilidade. Modalidades do Lançamento Tributário: Lançamento por Declaração ou Misto; Lançamento de Ofício ou Direto; Lançamento por Homologação. Suspensão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Causas de Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: Moratória e Parcelamento; Depósito; Reclamações e Recursos Administrativos; Medida Liminar em Mandado de Segurança e Medida Liminar ou Tutela Antecipada em Outras Espécies de Ação Judicial. Extinção do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Extinção do Crédito Tributário. Causas de Extinção do Crédito Tributário: Pagamento (Imputação do Pagamento. Consignação em Pagamento.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Pagamento Indevido. Repetição dos Tributos Indiretos. Prazo para o Ajuizamento da Ação Repetitória: Controvérsias); Compensação; Transação; Remissão; Prescrição e Decadência; Conversão de Depósito em Renda; Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento; Consignação em Pagamento; Decisão Administrativa Irreformável; Decisão Transitada em Julgado; Dação em Pagamento. Exclusão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Exclusão do Crédito Tributário. Causas de Exclusão do Crédito Tributário: Isenção (natureza jurídica, classificação, isenção e alíquota zero, revogação de isenções, razoabilidade na concessão de isenções; interpretação das isenções). Anistia. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências (Concurso de Preferências. Crédito Tributário e Juízos Universais. Possibilidade de a Fazenda Requerer a Falência de Contribuinte. Concurso de Preferência entre os Entes Públicos: Inconstitucionalidade (?). Créditos Extraconcursais). Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Certidões Negativas. A natureza das penalidades tributárias. Processo tributário judicial. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. Processo Tributário Administrativo. Consulta tributária. Prescrição e decadência. Conselho de Contribuintes. Depósito em garantia de instância. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fato gerador. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Conceito constitucional de renda. Aquisição econômica e jurídica de renda. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Fato gerador. Conceitos de operações, circulação e mercadoria. ICMS: nãoacumulatividade. Natureza e regime dos créditos fiscais. ICMS: base de cálculo e alíquota. Neutralidade e seletividade. ICMS: Regime de Substituição Tributária. ICMS na importação. Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Competência Tributária. Conceito. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Repartição Constitucional das Competências Tributárias: Competência Exclusiva; Competência Comum; Competência Residual; Competência Extraordinária. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Conceito. Princípios Constitucionais Tributários (Princípios-Garantia): Princípio da Legalidade; Princípio da Tipicidade; Princípio da Isonomia; Princípio da Irretroatividade; Princípio da Anterioridade (da não-surpresa); Princípio do Não-Confisco; Princípio da Liberdade de Tráfego; Princípio da Capacidade Contributiva e os Subprincípios da Progressividade, Proporcionalidade, Personalização e Seletividade. Imunidades Tributárias. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não-Incidência. Imunidades a Impostos: Imunidade Recíproca; Imunidade dos Templos de qualquer Culto; Imunidade dos Partidos Políticos e suas Fundações; Imunidade das Entidades Sindicais dos Trabalhadores; Imunidade das Entidades de Assistência Social e de Educação, sem fins lucrativos, que cumpram os requisitos legais; Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Princípios Institucionais (Outras Vedações): Princípio da Uniformidade Geográfica; Princípio da Igualdade dos Entes da Federação no que tange às suas Obrigações;

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Princípio da Vedação de Isenções Heterônomas; Princípio da Vedação de Distinção quanto à Origem e o Destino das Mercadorias.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7 ed. atualizada por Misabel DERZI. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAHAM, Marcus. O planejamento tributário e o direito privado. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
AFONSO, José Roberto Rodrigues. Por que CPMF e DRU? Disponível em: <<http://www.joseroberতোafonso.com.br/>>. Acesso em: set. 2017.
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004.
ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2001. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo, Saraiva, 2007.
CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário - fundamentos jurídicos da incidência. São Paulo, Saraiva, 1998.
CORREIA NETO, Celso de Barros. O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no Direito brasileiro. São Paulo: Almedina, 2016. DERZI, Misabel Abreu Machado, BELTRÃO DA SILVA, José Afonso Bicalho; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (Orgs.). ICMS: Diagnósticos e proposições - Relatório ao Governador do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. MOLINA, Pedro M. H. Capacidad económica y sistema fiscal: análisis del ordenamiento español a luz del derecho alemán.
Marcial Pons. NAVARRO COELHO, Sacha Calmon. Manual de direito tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
NOVELLI, Flávio Bauer. Segurança dos direitos individuais e tributação. Revista de Direito Tributário 25/26: 159-175, 1983. NOVELLI, Flávio Bauer. Anualidade e anterioridade na constituição de 1988. Revista de Direito Administrativo 179/180: 19-50, 1990. OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito tributário e meio ambiente: proporcionalidade, tipicidade aberta e afetação da receita. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Imposto de renda e capacidade contributiva (Leis 7.713/88 e 8.134/90). Revista de Direito Administrativo 189: 70-78, 1992.
PAULSEN, Leandro. Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado / ESMAFE, 2004.
QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Imposto sobre a renda: requisitos para uma tributação constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2003. QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Sujeição passiva tributária. Rio de Janeiro, Forense, 2002.
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. 19 ed. Rio

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

de Janeiro: Renovar, 2006. SCAFF, Fernando; MAUÉS, Antonio G. Moreira. Justiça constitucional e tributação. São Paulo: Dialética, 2005. SOARES DE MELO, José Eduardo. Curso de direito tributário. São

Paulo: Dialética, 2005.

TIPKE, Klaus. Moral tributaria del estado y de los contribuyentes. Madrid-Barcelona, Marcial Pons, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - valores e princípios constitucionais tributários - Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - os direitos humanos e a tributação: imunidades e isonomia - Vol. III. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - os tributos na constituição - Vol. IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. Normas gerais antielisivas. In: __ (Org.). Temas de interpretação do Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 261-330.

XAVIER, Alberto. Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva. São Paulo: Dialética, 2002.

SEMESTRE 4

LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Conceito de licitações. A fase preparatória das licitações. As premissas da nova lei. Novos princípios. Modalidades de Licitação: Pregão, concurso, leilão, concorrência e diálogo competitivo. Conceito de contrato administrativo. Mutações e constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma. Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Contratos administrativos: formação, características e extinção. Princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, em contratos de curta e de longa duração. Inadimplemento e solução judicial e extrajudicial de conflitos contratuais. Modalidades de contratos administrativos. Delegação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública. Concessão de serviço público e parceria público-privada. Regime contratual das estatais. O papel das agências reguladoras e do Tribunal de Contas na formação e no controle dos contratos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado por ato lícito, jurisdicional e legislativo. Ação indenizatória, reparação e a liquidação do dano.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Proporcionar ao aluno conhecer e pensar o debate doutrinário e a jurisprudência sobre as transformações do Direito Administrativo no campo das licitações e dos contratos administrativos, de modo a habilitá-lo a se posicionar e a desenvolver sua atuação profissional.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Objetivos Específicos: Expor o conceito de licitações e contrato administrativo. Analisar a teoria da constitucionalização do Direito Administrativo e, sob tal perspectiva, os princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Compreender o significado de mudança de paradigma no Direito Administrativo, especificamente no campo das contratações públicas. Estudar os conceitos de supremacia do interesse público e de cláusula exorbitante, à luz dos princípios e valores do Estado Democrático de Direito. Compreender o princípio constitucional do equilíbrio econômico-financeiro, em contratos administrativos de curta e de longa duração. Abordar criticamente a prestação de serviço público mediante contrato do Estado com particulares: regime jurídico da concessão de serviço público, das parcerias público-privada e outras figuras contratuais. Questionar o papel das Agências Reguladoras e do Tribunal de Contas. Debater o inadimplemento e extinção do contrato administrativo, especialmente no âmbito de ações judiciais e na via conciliatória. Estudar o regime jurídico das estatais. Pensar a Responsabilidade Civil do Estado, seus tipos, fundamentos e pressupostos, bem como causas de exclusão e os elementos da liquidação do dano.

Metodologia: Aulas expositivas. Discussão de textos e decisões judiciais. Debates. Estímulo à participação do aluno. Estudo de casos. Poderão ser desenvolvidas atividades individuais ou em grupo, por parte dos alunos.

Programa : Conceito de licitações. A fase preparatória das licitações. As premissas da nova lei. Novos princípios. Modalidades de Licitação: Pregão, concurso, leilão, concorrência e diálogo competitivo. Conceito de contrato administrativo. Mutações e constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma. Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública. Contratos administrativos: formação, características e extinção. Princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, de curta e de longa duração. Modalidades de contratos administrativos. Delegação de serviços públicos e parcerias na Administração Pública. Concessão de serviço público e parceria público-privada. Regime contratual das estatais. Contratos administrativos: inadimplemento. Solução judicial e extrajudicial de conflitos contratuais. Métodos de conciliação: arbitragem e mediação. O papel das agências reguladoras e do Tribunal de Contas na formação e no controle dos contratos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado por ato lícito, jurisdicional e legislativo. Ação indenizatória, reparação e liquidação do dano.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos. Direito dos Serviços Públicos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos, casos e polêmicas. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018. CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil do Estado. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAGÃO, Alexandre Santos. Empresas Estatais, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
BAPTISTA, Patrícia. Transformações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo método. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
BITTAR, Carlos Alberto; e BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Direito Civil Constitucional. 3ª ed. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais. CALIXTO, Marcelo Junqueira. A culpa na responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
CALIXTO, Marcelo Junqueira. A responsabilidade civil do fornecedor de produtos pelo risco do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
CALIXTO, Marcelo Junqueira. Reflexões em torno do conceito de obrigação, seus elementos e suas fontes. In: Obrigações, estudo na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar: 2005.
CARDOSO, Vladimir Mucury. Revisão contratual e lesão à luz do Código Civil de 2002 e da Constituição da República. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
CRUZ, Gisele Sampaio da. O problema do nexa de causalidade na responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. FACHIN, Luiz Edson. Releitura crítica de estatutos jurídicos fundamentais do Direito Privado: viagem de pedagogia. In: Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 25/79. GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos, casos e polêmicas. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018. GARCIA, Flávio Amaral. Concessões, parcerias e regulação. São Paulo: Malheiros, 2019.
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. GARCIA, Flávio Amaral. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. São Paulo: Dialética, 2002.
GARCIA, Flávio Amaral. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética, 2003.
KHOURI, Paulo R. Roque. A revisão judicial dos contratos no novo Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e Lei nº 8.666/93. São Paulo: Atlas, 2006.
KONDER, Carlos Nelson. Distinções hermenêuticas da constitucionalização do direito civil. In: Direito civil constitucional, São Paulo: Atlas, 2016, pp. 25-45.
MARQUES, Claudia Lima. O modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. In: Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e outros temas. São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 130-169.
MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
MATIETTO, Leonardo de Andrade. O direito civil constitucional e a nova teoria contratual. In: Problemas de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro, Renovar, pp. 163-186.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo:

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Malheiros, 2019.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil-constitucional. In: Na medida da pessoa humana. Estudos de direito civilconstitucional. Rio de Janeiro: Ed. Processo. 2016, pp. 3-20.

MOREIRA, Egon Bockmann. Tratado do equilíbrio econômico-financeiro. Contratos administrativos, concessões, parcerias público-privadas, taxa interna de retorno, prorrogação antecipada e relicitação. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2020.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativos. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. A responsabilidade civil por presunção de causalidade. Ed. GZ. Rio de Janeiro, 2010.

NETO, Eugênio Facchini. Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado. In: Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado. Org. SARLET, Ingo Wolfgang. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2006, pp. 13-62. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Lesão nos contratos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil. Introdução ao direito civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, Antônio Jeová. Função social do contrato. Lesão e imprevisão no CC/2002 e no CDC. 2ª ed. São Paulo: Método, 2004.

SARMENTO, Daniel. Direitos fundamentais e relações privadas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHREIBER, Anderson. A proibição do comportamento contraditório. Tutela da confiança e venire contra factum proprium. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHREIBER, Anderson. Direito Civil e Constituição. In: Direito civil constitucional, São Paulo: Atlas, 2016, pp. 1-23. SCHREIBER, Anderson. Equilíbrio contratual. Dever de negociar. São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. Crises de fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: A parte geral do novo Código Civil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar 2003.

TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre o nexos de causalidade. In: Temas de Direito Civil, Tomo II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006,

pp. 63/82. TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do Direito Civil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2004. WILLEMANN, Flavio de Araújo. Responsabilidade civil das agências reguladoras. 4ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2019.

WILLEMANN, Marianna Montebello. Accountability democrática e o desenho institucional dos tribunais de contas no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2020.

ZANETTI, Cristiano de Souza. Direito contratual contemporâneo. A liberdade contratual e sua fragmentação. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

TÓPICOS DE DIREITO FINANCEIRO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Atividade Financeira do Estado. Receita Pública: Conceito e Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios Constitucionais Orçamentários. Fiscalização e controle.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais e Específicos: O curso objetiva apresentar a Constituição Financeira e a legislação financeira complementar e analisar o seus aspectos mais controvertidos.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Atividade Financeira do Estado. Campos de Atuação. Receita Pública. Conceito. Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Lei de Responsabilidade Fiscal e Receita Pública. Despesa Pública. Conceito. Características Principais. Relações entre Despesas e Receitas: Breve Histórico. Requisitos para a Despesa - Destinação. Classificação. Distinção entre Créditos Orçamentários e Adicionais. Realização da Despesa Pública. Geração da Despesa Pública. Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Despesas com Pessoal e com a Seguridade Mecanismos de Controle. Orçamento Público. Conceito. Natureza Jurídica. Fase Histórica. Constituição Orçamentária de 1988. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios Constitucionais Orçamentários. Crédito Público. Conceito. Dívida Pública. Conceito. Classificação. Extinção. Controle e Fiscalização da Execução Orçamentária. Introdução. Modalidades de Fiscalização. Objeto da Fiscalização. Tipos de controle: controle interno e controle externo. Tribunal de Contas e a Constituição.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. 4 ed revista e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução às ciências das finanças. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1991.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

BRITTO, Carlos Ayres. O regime constitucional dos tribunais de contas. In: SOUZA, Alfredo José de et al. O novo tribunal de contas: órgão protetor dos direitos fundamentais. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 59-75.

DERZI, Misabel Abreu Machado. In: NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Orgs.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de responsabilidade fiscal - questões práticas (Lei Complementar n.º. 101/00). Belo Horizonte: Fórum, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. O devido processo legal e a responsabilidade do estado por dano decorrente do planejamento. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, n.º 56, 2002.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. Repartição de receitas tributárias: a repartição de fontes de receita. Receitas originárias e derivadas. A distribuição da competência tributária. In: CONTI, José Maurício (Org.). Federalismo fiscal. São Paulo: Manole, 2004, p. 33-66.

JARACH, Dino. Finanzas públicas y Derecho Tributario. 2 ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1996.

MARTINS, Ives Gandra da Silva & NASCIMENTO, Carlos Valder do (Org.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2003.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Orçamentos e Finanças Públicas Democráticas. Um breve ensaio sobre legitimidade fiscal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro - Volume VIII - Direito Financeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de & HORVATH, Estevão. Manual de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. RIBEIRO, Joaquim José Teixeira. Lições de finanças públicas. 5 ed. Coimbra: Coimbra, 1997.

ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). Aspectos relevantes da lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Dialética, 2001. ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. SILVA, José Afonso da. Orçamento-programa no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

SOUZA FRANCO, António L. de. Finanças públicas e direito financeiro - Volumes I e II. Coimbra: Almedina, 1998.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário - o orçamento na constituição - Vol. V. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e heterocompositivos.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Compreender a autocomposição e a arbitragem sob a ótica do direito público brasileiro.

Objetivos Específicos: Estudar os elementos da mediação, negociação e conciliação, os sujeitos da autocomposição a partir do regime jurídico-administrativo e da arbitragem. Analisar o critério da indisponibilidade do interesse público e as adequações necessárias aos métodos autocompositivos. Tratar das normas que regulamentam a matéria.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com a interação entre os alunos e entre estes e o professor por meio de debates, discussões e estudo de casos e textos. Poderão, também, ser realizadas também atividades em grupo, para melhor fixação do conteúdo e sua aplicação a situações práticas.

Programa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e heterocompositivos. Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. LEVY, Daniel. ALVES, Rafael Francisco. Lei de arbitragem anotada: a jurisprudência do STF e do STJ. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ALVES, Marcus Vinicius Armani. A fazenda pública na arbitragem. São Paulo: Singular, 2019.

AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. v. 1.

DALLA, Humberto. Ações de classe, direito comparado e aspectos processuais relevantes. Disponível

:http://www.humbertodalla.pro.br/arquivos/acoes_de_classedireito%20comparado_e_aspectos_processuais_relevantes.pdf. Consultado em 27 de fevereiro de 2011.

DAVI, Kaline Ferreira. Solução de Litígios pela Administração Pública sem intervenção do Judiciário. Revista da AGU, Brasília, DF, ano VII, n. 16, p. 183, 2008.

DAVI, Kaline Ferreira. Magistratura de Influência: uma alternativa ao contencioso

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

administrativo tradicional. Revista Brasileira de Direito Público: RBDP, Belo Horizonte, v. 12, n. 45, p. 123-135, abr./jun. 2014. DAVI, Kaline Ferreira. Brasil e França na busca por alternativas para a resolução de litígio administrativo: Apontamentos de um estudo comparado. Revista dos Tribunais, n.914, 2011 n. 914. p. 21 DAVI, Kaline Ferreira. Modos Alternativos de um Contencioso não Jurisdicional e o Papel a ser Desempenhado por uma Advocacia-Geral da União Cidadã. Revista Vencedores do Concurso de Monografia da AGU 2009-2010. Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal - Ano IV, n. 15 (fev./2012) - Brasília: EAGU

FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. ROCHA, Matheus Lins. FERREIRA, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves. Lei de arbitragem comentada artigo por artigo. São Paulo: Juspodivm, 2019. FICHTNER, José Antonio. MANNHEIMER, Sergio Nelson. MONTEIRO, André Luís. Teoria geral da arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MOESSA, Luciane de Souza (Coord.). Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

p. 3947.

MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: fundamentos teóricos e soluções práticas. Belo Horizonte: Fórum, 2019. SALLA, Ricardo Medina. Arbitragem e Administração Pública: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em contratos administrativos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. TONIN, Mauricio Moraes. Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos envolvendo o poder público. São Paulo: Almedina, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAFÊ-SCHIMIDT, Jean Pierre. La médiation: une justice douce, Siros, Paris, 1992, pp.182-184.

BRISSON, Jean-François. Régler Autrement les litiges administratifs : Les recours Gracieux et Hiérarchiques, voie alternative de protection des administrés ? Revista de Direito Público, 1996. pp.792-846. DELAUNAY, Benedicte. L'amélioration des Rapports entre l'Administration et les Administrés. Bibliothèque de Droit Public, Paris, T. 72, LGDJ, p. DELVOLVÉ, Pierre. Les solutions Alternatives aux Litiges entre les autorités administratives et les personnes privées: conciliation, médiation et arbitrage. Conférence Multilatérale, Lisbonne, le 31 mai- 2 juin 1999, Editions du Conseil de l'Europe. 2000, p. 17. SCHIER, Paulo Ricardo. Interesses públicos versus interesses privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesses Público. Organizador: Daniel Sarmento. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2005.

SERPA, Maria Nazareth. Teoria e prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – CEP 29.057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Estado do Espírito Santo
Procuradoria-Geral do Estado
Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

ANEXO II
TEMAS CONTEMPORÂNEOS E EMERGENTES (LISTA MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA)

Temas contemporâneos e emergentes prioritários (lista exaustiva)^{1, 2}:

- 1 Teorias críticas: teorias feministas; teoria crítica da raça; estudos decoloniais e pós-coloniais; e suas influências no direito contemporâneo;
- 2 Direitos individuais e coletivos da população negra;
- 3 Direitos individuais e coletivos relativos à igualdade e equidade de gênero e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e não binária;
- 4 Direitos individuais e coletivos das comunidades tradicionais, tais como indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas;
- 5 Direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes;
- 6 Direitos individuais e coletivos dos portadores de necessidades especiais;
- 7 Direitos individuais e coletivos dos idosos;
- 8 Fazenda Pública em Juízo.

Outros temas contemporâneos e emergentes de interesse (lista exemplificativa):

- 9 Consensualidade na administração e na advocacia públicas;
- 10 Direito e tecnologia, com ênfase na utilização de tecnologias pela administração pública e políticas de promoção aos ambientes de inovação;
- 11 Direitos culturais, com ênfase no papel da competência estadual para promoção e defesa desses direitos;
- 12 Direito Policial, com ênfase nos aspectos jurídicos de políticas públicas de combate à criminalidade (violência doméstica, exploração de menores e organização criminosa) e das instituições policiais (regulamentação jurídica da do pessoal e estrutura policial civil e militar);
- 13 Intervenção do estado na economia, com ênfase nos aspectos jurídicos das políticas públicas de gestão de crises;
- 14 Estudos comparados de institutos de direito público.

¹ Pode ser adotada abordagem interseccional (por exemplo, os direitos individuais e coletivos da mulher ribeirinha ou da população LGBT negra).

² Pode haver a acumulação de temas em um mesmo seminário.